



Luana Oliveira de Azevedo

UM IMPÉRIO E DUAS MEDICINAS
A Introdução da Homeopatia no Brasil na década de 1840

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Puc-Rio como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margarida de Souza Neves

Departamento de História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, junho de 2008.

Agradecimentos.

Aos meus pais, Solange e Claudio, por uma vida de dedicação, de carinho, de amizade e de muita felicidade. Sou grata por me ensinarem que o segredo da felicidade da vida é estar sempre aberto para o novo, e recebê-lo com amor e respeito. Agradeço pelo sorriso que insiste em permanecer sempre em meu rosto.

Aos meus irmãos, Diogo e Caio, pela amizade fraterna, pelas trocas constantes, pelas brincadeiras. Com toda certeza, suas presenças nesta vida são muito especiais.

Aos meus avós, José, Yara, Raul (em memória) e Hortência, pessoas excepcionais, grandes responsáveis pela família maravilhosa na qual tenho orgulho de fazer parte.

Ao meu amor, Rodrigo, companheiro de longa data, que me proporciona a cada dia uma nova razão de viver feliz. Agradeço por me provar que os opostos não se atraem somente na física, mas que podem viver em paz e felizes. Sou grata por me ajudar a construir um novo porvir.

Aos mestres da PUC-Rio por proporcionarem, a cada aula, uma nova visão de mundo. Em especial, agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Margarida de Souza Neves, orientadora desta monografia, por ter me despertado para os cuidados com a escrita e com a pesquisa histórica, e por ser minha inspiração como Historiadora. Agradeço ao Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos, grande inspirador na minha formação como professora de História, por ter me ensinado que uma boa aula se produz quando escutamos nossos alunos. E à Prof^ª. Dr^ª. Máisa Mader, leitora crítica desta monografia, por me mostrar que discutir política tem o seu lado bom, pois proporciona uma visão mais aberta da vida.

A todos os amigos da PUC-Rio, que através das trocas, das diferenças e das semelhanças de pensamentos, tornaram minha vida acadêmica rica e próspera. Agradeço, em especial, aos amigos Paulinha, Waleska, Vanessa, Cida, Mari,

Izabella, Nati e Edu, pelo companheirismo dentro e fora da vida acadêmica. Espero que nossa amizade cresça a cada dia e que nossos contactos não se percam no tempo.

Aos funcionários do departamento de História, Cleusa, Anair e Cláudio, por momentos realmente prazerosos no cotidiano da vida acadêmica.

Por fim, agradeço à PUC-Rio, que através de seu programa de Bolsas de Estudos, me deu a oportunidade de participar deste mundo acadêmico, que será aproveitado e lembrado com muita alegria por toda a minha vida.

Obrigada por todos vocês existirem na minha vida!!

Índice

Introdução.....	5
1. O Império, a Unidade da Ordem e a Unidade da Medicina.....	9
2. Benoit Jules Mure: por uma medicina heterodoxa.....	18
3. Tempos de Polêmica.....	29
3.1. Medicina Clássica X A Arte de Curar.....	32
3.2. A Polêmica Homeopática no <i>Jornal do Comércio</i>	38
Conclusão.....	49
Bibliografia.....	53

Introdução.

*“Samuel Hahnemann, o criador da Homeopatia, definiu um processo semelhante [ao da alquimia] de liberação de energia, através da transmutação de determinados elementos pela água, método igualmente hoje questionado pelo ‘establishment científico’, que, como não consegue explicar a existência de um princípio curativo numa diluição acima do número de Avogadro, preferiu colocá-lo como algo pertinente aos domínios da fé. Define-se, dentro de uma visão reducionista tecnicista clássica, que **os resultados inexplicáveis simplesmente não existem**, apesar das evidências nos dados experimentais. No entanto, quando no contexto alopático não se consegue explicar o ‘bug’ que ocorre na saúde de um indivíduo altamente suprimido, diz-se que a causa é idiopática, ou que o problema é de ‘fundo emocional’, como se o ‘fundo emocional’ fosse algo não pertinente à Medicina. (...) É inconcebível admitir que nunca houve uma equipe de criptógrafos, **historiadores**, físicos, biólogos, químicos, lingüistas ou cientistas matemáticos, que tivesse se reunido em torno desta biblioteca alquímica completa, com a missão de verificar o que existe de verdadeiro nos velhos tratados”.*¹

Há dois anos atrás tive contacto com a obra da médica homeopata Míria de Amorim. As frases citadas na epígrafe captaram especialmente minha atenção. Trata-se de um assunto que sempre dominou minha mente questionadora: por que tudo o que é inexplicável não pode existir? Por que temos que aceitar tudo o que nos é imposto?

Curiosa como sou, sempre em busca do conhecimento, encontrei na História o meio de responder às minhas indagações a respeito das coisas e da vida, pois conhecendo o passado somos capazes de entender o presente, sem mitos, sem preconceitos. Percebi que na profissão de historiadora poderia não somente atender a minhas preocupações, mas auxiliar outros em suas inquietações. Reservei-me, então, a pretensão de contribuir para a inclusão da temática da ciência médica no campo dos estudos históricos, e estimular a reflexão a respeito dos construtos preconceituosos, que ainda permanecem no cotidiano da sociedade brasileira em nossos dias, quanto às práticas de cura não oficiais como a homeopatia.

¹ Míria de AMORIM. **Holismo, Homeopatia, Alquimia: Uma sincronicidade para a cura**. S.L : Editora Caravansarai, 2000. p. 6,7 e 10. Grifo meu.

Na busca pela história da homeopatia no Brasil percebi através da obra de Madel T. Luz, *A Arte de Curar versus a Ciência das doenças*, que a sua História teve várias fases, cada qual com sua importância. Como este trabalho é uma monografia, eu deveria me ater a um período ou um determinado foco de análise não tão extenso. Decidi começar pelo início: a partir da introdução da homeopatia no Brasil em 1840, período de constituição da ordem política imperial e da tentativa de afirmação de uma medicina oficial no Brasil; e delimito meu espaço de análise ao ano de 1848, com a partida de Benoit Jules Mure do Brasil, o introdutor da homeopatia no Brasil.

Esse período foi marcado por grandes embates entre a medicina clássica, oficializada e respaldada pelo Governo Imperial, e a medicina homeopática, que tentava se propagar neste mesmo espaço imperial. Portanto, tracei como objetivos específicos explorar a relação entre a homeopatia de Benoit Jules Mure e a alopatia da Academia Imperial de Medicina no início do Império no Brasil; e analisar a política imperial implantada na Corte e sua influência nas ações das instituições médicas do período aproximado à década de 1840.

No primeiro capítulo analisei o quadro contextual brasileiro em que a homeopatia viria a se inserir no momento de sua implantação, quadro este em que a medicina clássica, com suas práticas excludentes, ganhava espaço junto à nova ordem imperial. Esta ciência era parte fundamental da implementação das políticas civilizatórias dos grupos dirigentes do Império. A medicina oficial da Academia Imperial de Medicina era considerada pelos grupos letrados do Império como portadora da única ciência médica válida e eficiente.

A política Imperial se baseava na oposição entre *civilização* e *tempos coloniais*. Expressão do desejo de construir uma Nação civilizada nos trópicos, esta deveria ser cultuada à custa da exclusão do que fosse símbolo do atraso: a desordem e a “*imundície*”² em que se encontrava a capital do Império, e as outras práticas de cura consideradas como populares.

² Sidney CHALHOUB. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.35.

Inspirado pelas políticas implantadas em países considerados mais cultos, portanto *civilizados*, a melhora da higiene pública nas cidades seria o meio para atingir a prosperidade e a grandeza. Esta seria uma forma *científica* de gestão dos problemas da cidade. A técnica científica necessária para tal empreendimento encontrava-se em poder dos médicos da Corte, ou melhor, da medicina clássica.

Este período foi marcado por tentativas de institucionalização médica na Corte. A institucionalização das artes médicas era de suma importância para a conquista, e manutenção do lugar da medicina canônica na sociedade. A procura pela legitimação de uma medicina brasileira ganha destaque neste momento, assim como a luta entre as medicinas alopática e homeopática pela hegemonia no campo médico.

Apesar de conquistar a adesão popular através de sua proposta e implementação, a homeopatia necessitava de apoio político e aval acadêmico para se estabilizar em época de grandes embates políticos travados com a medicina oficial. Esse conflito de propostas de cura, a luta pela hegemonia, acaba gerando uma bipolaridade das duas abordagens médicas na sociedade Imperial.

Analisar a política imperial implantada na Corte e sua influência nas ações das instituições médicas do período, ajuda a compreender o que será desenvolvido no terceiro e último capítulo: tanto a atitude propagandista dos adeptos à “doutrina dos semelhantes”, como as tentativas, por parte dos médicos da Academia Imperial de Medicina, de impedimento da expansão da “*nova medicina*” na Corte.

No segundo capítulo analisei as propostas do introdutor da homeopatia no Brasil, o francês Benoit Jules Mure, ou doutor Bento Mure, como também era conhecido, que tenta direcionar o tratamento médico, também, para os escravos e excluídos da sociedade. Sua proposta por uma medicina social mais ativa significa a defesa dos princípios e objetivos da saúde pública.

Apresentar a trajetória deste seguidor de Samuel Hahnemann no Brasil e sua vida, que desenvolvera em seu país uma intensa participação política ligada ao socialismo de Fourier, ajuda a compreender suas propostas de propagação e institucionalização da homeopatia no Brasil.

A homeopatia torna-se polêmica e alvo de ataques por parte da alopatia representada, sobretudo, pela Academia Imperial de Medicina, a partir do momento em que Benoit Jules Mure, entre outros homeopatas, se utiliza do espaço cedido pelos grandes jornais da época, especialmente o *Jornal do Comércio*, no período compreendido entre 1843 e 1848, com o objetivo de alcançar a legitimação e a divulgação da homeopatia. No entanto, trabalhar com o conceito de ciência da época é fundamental para a compreensão de tais embates.

Neste capítulo relacionei os campos de luta travada pelas duas medicinas, para perceber que a homeopatia se utiliza de estratégias de legitimação, enquanto a medicina clássica apresenta as contra-estratégias. Uma das contra-estratégias foi afirmar que a homeopatia não poderia ser considerada ciência, portanto ela faria parte ora do grupo dos charlatães, ora dos curandeiros. Os médicos ortodoxos tomam a homeopatia como uma afronta à medicina social, e como uma proposta alternativa de poder.

O terceiro capítulo foi subdividido em dois tópicos. No primeiro foram analisadas as diferenças teóricas e práticas entre as duas medicinas. Assim foi possível perceber com mais clareza os embates travados entre a medicina clássica e a medicina homeopática no jornal de maior circulação do período, o *Jornal do Comércio*, assunto do segundo tópico.

Espero que esta pesquisa dê frutos e que esta monografia possa responder aos questionamentos de alguns de seus possíveis leitores, como esclareceu os meus, quanto às posições em que a homeopatia e a alopatia ocupam hoje na sociedade. Boa leitura!

1

O Império, a Unidade da Ordem e a Unidade da Medicina.

O ano é 1840. A antecipação da maioridade do Príncipe Imperial do Brasil, Dom Pedro de Alcântara o torna Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil aos 14 anos. A responsabilidade era grande para um menino. Afinal, ordenar e civilizar um país com grande diversidade cultural como o Brasil não era missão fácil.

É sabido que a figura do Imperador estava no centro das decisões governamentais do Império do Brasil. Todavia, D. Pedro II não estava sozinho no governo do Estado, uma vez que, conforme a Constituição vigente, este era composto de outras forças de poder, que assumiam para si as responsabilidades da construção de uma Nação.

Construir uma Nação brasileira significava, para os agentes do governo, assegurar o que chamavam de civilização nos moldes daquelas que eram vistas como as Nações Civilizadas européias, o que implicava em um projeto político no qual fossem definidos os meios para o alcance do objetivo final do processo.

*“Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da **falta de unidade** que não dera margem ao aparecimento de uma **consciência nacional** que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a **consciência propriamente ‘nacional’ viria através da integração das diversas províncias** e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas **através da luta pela centralização do poder e da ‘vontade de ser brasileiros’**, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do império; **a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada européia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia**”.*³

³ Maria Odila da Silva DIAS. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. IN: Carlos Guilherme MOTA (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo, Perspectiva: 1972. p. 169 e 170. Grifos meus.

Conforme a afirmação de Silva Dias, o projeto político imperial definiu a necessidade de *integração das províncias* para a construção de uma *consciência nacional*. Ou seja, a centralização política seria um dos passos fundamentais para a consolidação de uma unidade nacional que se pretendia civilizada e ordenada no Brasil.

Um outro passo estabelecido pela política imperial seria a criação de instituições, que forjariam uma História nacional através da literatura, da cultura e da ciência brasileiras. Foram os casos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado em 1838, e da própria Academia Imperial de Medicina, de que tratarei mais à frente. Segundo Lorelai Kury, os objetivos de tais instituições

*“seriam elaborar canais de expressão de um pensamento nacional que correria em paralelo ao europeu, e traçar sua evolução desde os tempos coloniais, fundando uma história da vida intelectual brasileira”.*⁴

Tão importante quanto definir os meios, seria estabelecer os encarregados pela execução deste projeto. Na realidade, o grupo que exerceu a sua condução política, intelectual e moral foram os “*dirigentes saquaremas*”, definidos por Ilmar R. de Mattos como “*um conjunto que engloba*” a alta burocracia imperial, os proprietários rurais, os professores, jornalistas, literatos, e até os médicos, tanto “*pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão*”.⁵ Estes letrados tinham acesso ao que então era considerado como o mundo civilizado, tanto através de sua formação acadêmica nas universidades européias, como por conta de suas atividades intelectuais ou científicas.

Ninguém melhor para difundir as Luzes da Civilização, do que os homens que, além de manterem contactos com as fontes européias das letras e das ciências, detinham o monopólio do saber em terra de maioria analfabeta. Essa oposição entre ilustrados e analfabetos era uma das manifestações do *sentimento aristocrático* dominante na sociedade imperial. Este sentimento servia de referência para a conduta social, era o que dividia a sociedade em civilizados,

⁴ Lorelai Brillhante KURY. **O Império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)**. Tese de mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – UFF, Niterói: 1990. p. 49.

⁵ Ilmar Rohloff de MATTOS. **O Tempo Saquarema**. São Paulo, Hucitec: 2004. p. 15 e 16.

articulados politicamente ao Estado e seus agentes – a “*flor da sociedade*” -, e em incivilizados, alheios ou contrários à política oficial centralizadora – a “*escória da população*”, para citar as conhecidas expressões utilizadas por Francisco de Sales Torres Homem ao assinar com o pseudônimo de Timandro o *Libelo do Povo*. Por meio deste sentimento que cada grupo social ou indivíduo se conscientizava de suas distinções em relação aos outros, e situava-se na rígida hierarquia que demarcava o lugar dos elementos constitutivos da sociedade. “*Cada qual e todos nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer o seu lugar*”.⁶

Para os membros do que então era chamado de *boa sociedade* era necessário manter esta desigualdade, porque a presença da igualdade entre as classes e grupos tornaria muito tênue a linha entre a ordem e a desordem.⁷ E a desordem, para este grupo, significava um mal a ser extirpado através da instrução pública e da civilização, ou, quando necessário, através da cooptação ou da coação.

No campo da medicina, que é o foco de interesse deste trabalho, a desordem também representava um mal a ser sanado. Os médicos, intrinsecamente ligados ao aparelho do Estado, assumiram o poder da direção no que diz respeito à ordenação da saúde da sociedade, uma vez que se viam e eram vistos como os que tinham o *monopólio do saber médico*.

Na primeira metade do século XIX, começam a tomar corpo as teorias da origem social das doenças, relacionando-as com a miséria e as precárias condições de vida das classes pobres⁸. A “*imundície*” e a desordem em que se encontrava a capital do Império⁹ propiciavam o enfraquecimento do corpo, tornando-o mais vulnerável às doenças. As funções dos médicos, portanto, incluíam subtrair os aspectos perniciosos do clima tropical; construir uma nação civilizada nos trópicos, utilizando todos os recursos propostos pela Higiene Pública européia; e,

⁶ IDEM. p.125.

⁷ IDEM. p.150.

⁸ Este termo será empregado para designar os que não fazem parte da “classe senhorial”, da elite da sociedade imperial. Este termo, com o mesmo sentido, foi utilizado também pelos médicos homeopatas na década de 1840.

⁹ Cf. Sidney CHALHOUB. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.35.

principalmente, vencer as “*paixões*” pelo predomínio da “*razão*”, conferindo legitimidade científica às ações governamentais.¹⁰

A medicina, neste momento, deixa de atender exclusivamente ao indivíduo, para atender também, e com primazia, à sociedade como um todo. Com a preocupação de ordenar a cidade e a sociedade, a medicina se identifica com o qualificativo “*social*”. Ela assume uma “*prática política específica*” no que se refere à sua responsabilidade perante a saúde dos indivíduos e do conjunto da população brasileira.¹¹ Além da cura dos corpos individuais, deveria ocupar-se também da saúde do corpo social.

A “*política médica – conjunto de teorias, política e práticas que se aplicam à saúde e bem-estar da população*” – foi valorizada, neste momento, pelas autoridades imperiais, e utilizada como principal veículo de introjeção das normas, ajudando a construir um Estado moderno.¹² A medicina se apresenta ao lado do Estado como condição de possibilidade da normalização da sociedade pelo viés particular da saúde.

Nas décadas de 1830 e 1840, a medicina científica brasileira era fortemente subordinada à medicina européia. Tinha como referências a Faculdade de Medicina de Paris e as instituições científicas francesas, nas quais boa parte dos médicos havia feito sua formação ou, formados nas Escolas Médicas brasileiras, bebido em fontes médicas francesas. Segundo Lorelai Kury, no início do século XIX, médicos formados em uma Faculdade eram raridade no Brasil. Por esse motivo era fundamental a institucionalização da medicina no Brasil, com o fim de formar esses médicos e de desenvolver uma medicina brasileira.¹³

Assim, a lei do ensino médico foi assinada em 3 de outubro de 1832, criando as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, que passariam a conferir títulos de médicos, enfermeiros e parteiras. Esta última atividade, até

¹⁰ Lorelai Brilhante KURY. Op.Cit. p.81.

¹¹ Cf. Roberto MACHADO, et. al. **Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978. p.149.

¹² Ilmar Rohloff de MATTOS. Op.Cit. p.182.

¹³ Lorelai Brilhante KURY. Op.Cit. p.107.

então considerada arte médica popular, passa a ser subordinada pela medicina oficial do Império.

As Santas Casas da Misericórdia, instaladas no Brasil desde meados do século XVI, cederam seus espaços para o funcionamento das Faculdades de Medicina e de suas práticas. Elas foram criadas para assistir aos pobres, presos, escravos, em suma, a todos os necessitados de tratamento médico e desprovidos de recursos financeiros, uma vez que a medicina privada do Império, pelo menos até o final da década de 1840, não disponibilizava seus serviços aos pobres.¹⁴ As Santas Casas viviam de caridade e donativos, e seus médicos ocupavam seus cargos facultativamente. Durante o século XIX, grande parte da assistência hospitalar do Império era realizada por essas instituições, que, por sua vez, conferiam prestígio e honra aos seus patronos e aos médicos que nelas exerciam as artes de curar.

A instituição criada no período que delimita cronologicamente esta monografia e que se tornou de fundamental importância para a política médica foi a Academia Imperial de Medicina.¹⁵ Pelo decreto da Regência de 8 de maio de 1835, a antiga Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829, reforma seus estatutos com o fim de acompanhar as políticas do Império. Diz o artigo 15 destes estatutos, referente aos objetivos da Academia:

*“(...) responder às perguntas do Governo sobre tudo quanto pode interessar à saúde pública, e principalmente sobre epidemias e moléstias particulares de certos países, as epizootias, os diferentes casos de medicina legal (...) a propagação da vacina, os **remédios novos ou secretos, os quais não poderão ser expostos ao público sem o seu exame e aprovação** (...) ocupando-se, além disto, de todos os objetos de estudo e de indagação que podem **concorrer** para o progresso dos diferentes ramos da arte de curar”.*¹⁶

¹⁴ Ângela PORTO. *A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro; o tratamento homeopático*. IN: **Papéis Avulsos**, n.º 7. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, novembro de 1988. pp.13-23.

¹⁵ A história da Academia Imperial de Medicina será aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁶ **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> disponível em junho de 2008. Grifos meus.

Percebe-se que a Academia Imperial de Medicina deveria ser, e de fato o foi, um órgão consultivo do governo em tudo o que dissesse respeito à saúde, ou à ciência médica. A *propagação da vacina*, que começa a vigorar efetivamente em 1843 com a criação do Instituto Vacínico, era uma das medidas sanitárias preconizadas pela política de Higiene Pública.

Quanto aos *remédios novos ou secretos*, o artigo pode referir-se tanto aos fitoterápicos produzidos à base de plantas medicinais utilizadas pelas artes de curar indígenas ou africanas como aos remédios homeopáticos. Apesar de nesse período ainda não ter sido efetivamente introduzida no Brasil, a homeopatia estava a se propagar na Europa, e, portanto, os médicos já tinham conhecimento de seus remédios, as doses infinitesimais. Além disso, há indícios de que alguns médicos já exerciam a homeopatia no Império antes da chegada de Benoit Jules Mure, ainda que esse aspecto faça parte de uma polêmica da qual não tratarei neste trabalho.

Em paralelo ao exercício da medicina canônica e oficial, existiam as outras artes de curar, que também atuavam no combate às doenças e no auxílio aos doentes em tempos do Império. Resultado da convivência e combinação das tradições culturais indígena, africana e europeia, a medicina popular, desde o período colonial, fica a cargo de curandeiros, sangradores, feiticeiros, raizeiros, benzedores, parteiras e barbeiros. E esta modalidade de abordagem às doenças era popular não apenas em função da origem social dos que a praticavam, mas também porque, na escassez de médicos diplomados, estas artes de curar tinham grande espaço junto à população, inclusive entre a boa sociedade.

Neste contexto, “a medicina culta assemelhava-se à medicina popular, na medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença”.¹⁷ Desse modo, era preciso estabelecer a diferença entre a medicina acadêmica e a medicina popular. Portanto, a medida

¹⁷ Luiz Otávio FERREIRA. *Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)*. IN: Sidney CHALHOUB et. al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p.102.

tomada pelo governo imperial ao implantar o ensino médico no Brasil, através da lei de outubro de 1832, foi de grande importância para o processo de construção do monopólio do saber médico e das práticas legais de medicina pela medicina oficial e canônica.

Além de diferenciar as duas medicinas, a política médica relativa à ordem social e ao progresso científico precisava expurgar tudo o que fosse símbolo do atraso: a medicina popular, a fisicatura – físico-mór e cirurgião-mór, ambos cargos da medicina portuguesa - , assim como tudo aquilo que se identificasse com a desordem ou, nos termos mais usuais da época, a *anarquia* . No dizer do historiador Ilmar R. de Mattos, *“urgia, pois, não só eliminar o elemento português como também estabelecer um profundo corte com o passado colonial”*.
18

A medicina popular era praticada por homens de pouco prestígio na sociedade, como os barbeiros, os sangradores, os raizeiros, as parteiras curiosas, os índios, africanos e forros, pertencentes às camadas subalternas da população; além dos de nenhum prestígio, como os escravos. Eles *“tratavam de miseráveis, os quais não teriam mesmo condições de pagar a visita de um diplomado”*.¹⁹ Mas os *terapeutas populares*, mesmo com a negação de suas licenças para continuarem praticando suas atividades, eram os únicos recursos de que dispunham os pobres, além das Santas Casas, até a construção dos consultórios gratuitos por parte dos homeopatas, e mais tarde pela Academia Imperial de Medicina. Então, essas profissões continuaram a serem exercidas, mesmo sem autorização. E, por isso, os que as praticavam foram considerados charlatães pelas autoridades médicas, como se pode notar em ofício emitido ao governo, na década de 1840, pela Academia Imperial de Medicina, condenando a prática de sangradores:

“ (...) de ordinários estúpidos africanos, que às vezes nem sabem expressar-se, principiam aprendendo a sangrar sobre talos de couves! e depois armados de pontiagudas lancetas, levam o seu ferro, muitas vezes assassino, sobre partes bastante delicadas, entremetendo-se a fazerem as mais difíceis e perigosas sangrias: então, despidos dos

¹⁸ Ilmar R. de MATTOS. Op. Cit. , p.156.

¹⁹Tânia Salgado PIMENTA. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. IN: Sidney CHALHOUB et. al. (org.). Op. Cit. p.321.

mais simples conhecimentos, e com princípios tais, produzem os males de que quotidianamente somos impassíveis espectadores (...).”
20

Roberto Machado e a equipe de pesquisadores que, com ele, publicam o livro *A danação da norma*, marco historiográfico por ter sido um dos primeiros estudos de cunho histórico a explorar como base empírica do trabalho de pesquisa as teses médicas, analisa o charlatão como um obstáculo para a concretização dos objetivos estabelecidos pela Sociedade e pela Academia: *defesa da ciência médica e preocupação com a saúde pública*. Ele explica que os médicos oficiais do Império viam o charlatão como “*cultor da não-ciência médica, dos sistemas ‘imaginários’ ou das experiências não dirigidas pela razão*”. Os médicos oficiais o condenavam por se colocar entre o médico e a população, atrapalhando a consumação da relação entre conhecimento, cura e prevenção, sendo, por fim, visto como o responsável pelas “*causas mais gerais e poderosas de mortandade*” da população brasileira.²¹

A medicina, conhecedora da desordem do organismo humano provocada pelas alterações físicas e, por isso mesmo mais apta a perceber as desordens do corpo social provocadas pelas paixões, deveria, portanto, guiar o processo de funcionamento da sociedade, apontar as causas de descompassos e nelas intervir. “*Temperança, continência, moderação nos costumes, tranqüilidade da alma*”²², são virtudes opostas à desordem em defesa da vida, e devem imperar através de uma medicina verdadeira, oficializada e legitimada. Para isso, as outras artes de curar devem ser desqualificadas, inclusive as que intervissem no caminho da medicina acadêmica, como a homeopatia, que será vista como uma nova *charlatã* nos domínios do Brasil.

O Império do Brasil, em sua relação com a medicina, estava pautado por estas coordenadas quando, em novembro de 1840, chega ao Rio de Janeiro o

²⁰ Francisco de Paula COSTA. **Algumas reflexões sobre o charlatanismo em medicina**. Tese de doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1841. p.17. Apud. IDEM, p.320.

²¹ Roberto MACHADO, et. al. Op. Cit. p. 198.

²² IDEM. p.197.

introdutor da homeopatia, o francês Benoit Jules Mure. Esta outra arte de curar dará muito trabalho à Academia Imperial de Medicina.

2

Benoit Jules Mure: por uma medicina heterodoxa.

Chega ao Rio de Janeiro, a bordo da barca francesa *Eole*, em 21 de novembro de 1840, Benoit Jules Mure, médico homeopata francês. O médico, também conhecido como Dr. Bento Mure, veio ao Brasil com o fim de fundar uma colônia societária francesa que representasse os interesses da *Union Industrielle de Paris*, fundada por ele próprio antes de partir para o Brasil. A idéia era de fundar um falanstério²³ para abrigar famílias de artesãos católicos de “*todas as classes sofredoras que aspiram em França a mudar de posição*”²⁴.



Benoit Jules Mure (1809-1858), médico francês, introduziu a homeopatia no Brasil em 1840. (retirado de www.gilsoncamargo.com.br).

Para o estabelecimento da colônia seria necessária a aprovação por parte das autoridades imperiais. O argumento utilizado por Bento Mure foi de que pretendia retirar o Brasil do atraso em que se encontrava, através da criação de uma colônia industrial que funcionaria com o trabalho de imigrantes franceses altamente qualificados.

Para ele, um rápido desenvolvimento tecnológico para um país de economia agrária e de base escravocrata seria a solução para retirar o Brasil da lista dos países vistos como atrasados em relação aos países europeus considerados como civilizados e como modelo de progresso. Segundo o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, “*a sociedade do Litoral*”, aquela em que Mure pretendia se estabelecer no

23 Comunidades sociais e produtivas, com características de cooperativa, fruto das doutrinas anarco-socialistas do início do século XIX. Propostas por **Fourier**, foram adotadas por Benoit Mure no Brasil, com base na experiência que desenvolvera em seu país através de uma militância política sindical significativa na década de 1830.

24 J. Emygdio R. GALHARDO. **História da Homeopatia no Brasil**. Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia. Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928. p.280.

Brasil, “*caracterizava-se por uma civilização, acreditando-se que tal se devia , em larga medida, aos contatos desta última com as nações civilizadas*”.²⁵

Por outro lado, a imigração favoreceria o setor agrícola, marca da singularidade brasileira. Diante da ameaça da extinção do tráfico negreiro intercontinental pela Inglaterra e da escassez populacional nas terras do Brasil, o presidente da província do Rio de Janeiro assinala em seu Relatório de 1844 que “*urgia incentivar a colonização, isto é, a obtenção de mão-de-obra livre para a grande lavoura*”.²⁶ O relato desta autoridade representa o pensamento que imperava entre os que imprimiam direção à sociedade imperial naquele momento, o de proteger os interesses da agricultura.

A proposta de Benoit Mure representava, portanto, a associação entre Civilização e Agricultura, interesse primordial das autoridades imperiais. Em função da coincidência de interesses entre o Estado Imperial e o médico francês, por decreto de 11 de dezembro de 1841²⁷, seu projeto foi aprovado e o contrato com o Dr. Mure assinado, e, através dele, foram-lhe concedidos terras e empréstimos financeiros.

Assim, a Colônia Societária de Sahy, na província de Santa Catarina, recebeu seus colonos franceses em 30 de dezembro daquele mesmo ano, com o intuito primeiro de fabricar máquinas a vapor²⁸. Os colonos chegaram a realizar trabalhos, como a abertura de estradas, a montagem de uma serraria, de uma padaria e o cultivo de grãos. Porém, fosse por desentendimentos, fosse por inexperiência de operários urbanos em trabalhos agrícolas, seus empreendimentos não renderam os frutos esperados.

Apesar de todo o apoio prestado à concretização deste projeto por parte do governo, a colônia de Sahy teve vida curta. Segundo José E. R. Galhardo, a origem do fracasso que o desenvolvimento da colônia experimentou foi a

²⁵ Ilmar Rohloff de MATTOS. **O Tempo Saquarema**. São Paulo, Hucitec: 2004. p.46.

²⁶ J.C. VIANA *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro*, ano de 1844, p.4. Apud. Ilmar Rohloff de MATTOS, Op. Cit. P.46.

²⁷ **Jornal do Comércio**, 28 de fevereiro de 1842.

²⁸ **Jornal do Comércio**, 5 de abril de 1841.

propaganda homeopática feita pelo Dr. Mure durante sua vida na Europa, agregado aos fatores acima descritos. Com efeito, o médico francês era um entusiasta da homeopatia e em uma carta que dirigiu ao redator do *Jornal do Comércio*, datada de 5 de dezembro, publicada em 28 de dezembro de 1841 afirmava:

“Conquanto eu muito zele a reforma tão desejável da arte médica, foi com pesar que vi enunciado o meu nome em alguns artigos que na sua folha foram a dias publicados sobre a propagação homeopática na Europa. (...) A causa da colonização que defendo neste momento parece-me de igual interesse para a humanidade. Temo não venha ela sofrer algum dano da parte dos interesses comprometidos pela reforma da medicina e que esses interesses não a impliquem no seu ódio comum, nas suas agressões sistemáticas, etc.”

Percebe-se que Mure inicialmente preocupava-se, sobretudo, com a colonização, não pretendendo realizar nenhum tipo de propaganda homeopática no Brasil, temendo até que seu passado interferisse em seus projetos em relação à colônia que fundara. Mesmo assim, a presença do homeopata francês no Brasil imperial ameaçava uma medicina que, então, se afirmava como campo científico e como uma das *cidadelas letradas*²⁹ próximas ao poder. A Academia Imperial de Medicina, zelosa por seu sistema médico alopático, não poderia abrir as portas de sua casa para um *estrangeiro* imbuído de idéias socialistas e, acima de tudo, seguidor de um sistema médico considerado como heterodoxo. É importante frisar que os médicos franceses adeptos da homeopatia que se fixavam no Brasil neste momento eram tratados como *estrangeiros*, figuras indesejáveis de hábitos e moral duvidosos.

Apesar da motivação da vinda de Mure para o Brasil não ter sido a propaganda homeopática, sua convicção doutrinária sobre a “*nova medicina*” o mantinha ligado a essa preocupação. E mesmo com muita cautela, fundou na própria colônia do *Sahy*, em 15 de novembro de 1842, o primeiro **Instituto Homeopático** do país, como parte da **Escola Suplementar de Medicina Homeopática**. Esta instituição seria a primeira de muitas das que o médico planejara implantar em todos os cantos do Brasil. Mure explicita suas razões e finalidades para esse projeto ao afirmar que:

²⁹ Angel RAMA. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

*“(...) procede para o médico de agora a necessidade de entregar-se a novos e sérios estudos, se quiser ficar ao nível dos conhecimentos da sua época e preencher conscienciosamente a alta missão de que foi incumbido, a de tratar da saúde de seus semelhantes. (...) parece-nos conveniente metermos o Brasil ao nível das nações que o precederam na carreira, e estabelecermos uma escola suplementar de medicina, onde os jovens médicos possam adquirir os conhecimentos que o antigo ensino das faculdades não lhes pode ministrar. A escola suplementar terá também por fim generalizar e popularizar a homeopatia, defender a pureza da doutrina de Hahnemann, fornecer às farmácias secundárias medicamentos preparados convenientemente e facilitar por todos os meios a transformação da antiga medicina.”*³⁰

Mure ainda declara a seguir que, para alcançar esses fins, seria necessário um centro de ensino, uma comissão de correspondência e redação, de uma farmácia central, e o ensino seria teórico (história da homeopatia, cursos de terapêutica, posologia e farmacologia) e prático (experiências no homem são, prática à cabeceira dos leitos e preparo de remédios).

Portanto, o **Instituto** em *Sahy* deveria ser um centro irradiador do pensamento e da prática “*pura*” da homeopatia de Hahnemann no país. Uma escola de propaganda e de experiência clínica e farmacológica, somada às relações de amizade na colônia francesa, as quais promoveriam a reforma industrial científica à que Mure tanto dedicara sua vida.

É também significativo observar a oposição que constrói entre a *antiga medicina* e o *antigo ensino*, identificados respectivamente com a medicina alopática tradicional e o ensino ministrado nas Escolas Médicas do Rio de Janeiro e da Bahia e uma medicina nova, representada pela homeopatia, e que teria seus centros de ensino e difusão na Escola Suplementar de Medicina Homeopática ou em instituições similares que porventura fossem criadas para que nelas fosse possível um ensino também novo da medicina.

³⁰ Benoit Jules Mure em **Jornal do Comércio**, 25 de novembro de 1843. Apud. J. Emygdio R. GALHARDO. Op. Cit. p.295.

Praticar a homeopatia “*pura*” significava, para Mure, seguir a doutrina do médico alemão Samuel Christian Friedrich Hahnemann (1755-1843), autor do livro *Organon da arte de curar*, que deu origem ao princípio da homeopatia. Hahnemann desenvolveu um método terapêutico baseado na “*lei dos similares*”, na qual “*semelhantes curam-se pelos semelhantes*”, ou seja, os medicamentos a serem empregados deveriam ser capazes de provocar no indivíduo são os mesmos sintomas apresentados pelo indivíduo doente. Administrados em doses *infinitesimais*, rigorosamente calculadas, esses medicamentos teriam uma função curativa, ainda que a terapêutica homeopática primeiramente piorasse os sintomas no doente, para depois curar.

Mure e seus seguidores vêem a homeopatia como “*ciência da arte de curar*”. Esta “*arte*” é a união dos princípios teóricos da ciência médica com a prática sistemática da experimentação clínica. Por esta razão, para os homeopatas, a homeopatia “*pura*” é a verdadeira medicina que deveria substituir a medicina clássica, “*ciência falsa*”, já ultrapassada, por ser “*mecanicista*”. Isso porque a alopatia, segundo os defensores da homeopatia, abandona a terapêutica para especular teoricamente sobre as patologias, sua origem ou explicação causal, caindo no “*teoricismo*” dos princípios e desligando-se do campo científico na medicina, por fugir de sua finalidade única, a cura.³¹

O Dr. Benoit Jules Mure era um homeopata ortodoxo, preocupado em conservar a doutrina homeopática funcionando dentro dos padrões estritamente Hahnemannianos. O que significa dizer que o médico pretendia dar prosseguimento aos processos terapêuticos homeopáticos no Brasil, exatamente como Samuel Hahnemann seguia na Europa. E, para tanto, partilharia seu conhecimento, adquirido na Europa, com seus “*novos discípulos*” através de cursos, além de disponibilizar para consultas as obras do “*pai da homeopatia*”, como o *Organon da Arte de Curar*.

³¹ Madel T. LUZ. **Arte de curar versus a ciência das doenças: História social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996. p.87. As diferenças entre as duas medicinas serão mais desenvolvidas no terceiro capítulo deste trabalho.

A origem da convicção e dos empreendimentos no campo da medicina por parte deste médico francês reside em um fato ocorrido em Lyon, França, lugar onde viveu desde o seu nascimento em 1809, até 1837, quando iniciou o que considerava sua missão pela Europa Meridional.

Em meio às atividades de empresário e comerciante, legadas por seu pai, Benoit Jules Mure fora surpreendido pela temida tuberculose, doença responsável pela grande quantidade de mortes na Europa durante a primeira metade do século XIX. Segundo Galhardo, Mure fora “*tratado pelas maiores sumidades médicas dessa época na França*”, médicos estes que se utilizavam da terapêutica oficial, de base alopática. O tratamento, mantido por um longo período “*o fez conhecer a impotência e a barbárie da Escola Clássica* [de medicina].”. Após um tratamento penoso, longo e infrutífero, em 1833, o Conde Dr. Sébastien des Guidi, discípulo de Hahnemann e introdutor da homeopatia em Lyon, onde a praticou desde 1830 até 1863, livrou definitivamente Mure da doença.³²

A partir de então, como pagamento de uma dívida de gratidão, Mure comprometeu-se a divulgar a “*nova ciência*” pelo mundo. Partiu, então, em busca do “*saber homeopático*” a fim de pôr em prática sua missão para com a humanidade. Frequentou o curso de medicina da Faculdade de Medicina de Montpellier, e recebeu aulas mais tarde do próprio Hahnemann em Paris.³³ Empreendeu viagens à Sicília e a Malta, tendo em vista a propagação da homeopatia, e pela Itália, onde fundou o Dispensário Homeopático de Palermo (1837 e 1838). Deslocou-se posteriormente para Paris, cidade em que empreendeu a fundação do Dispensário da rua La Harpe em 1839. Quando veio para o Brasil, não deixou seu trabalho de divulgação da homeopatia, a propaganda deste tipo de prática médica, fundou instituições homeopáticas, e manteve polêmicas intensas com médicos alopáticos entre 1840 e 1848.

³² J. Emygdio R. GALHARDO. Op. Cit. p. 279.

³³ Madel T. LUZ. Op. Cit. p.69. A respeito do contato de Mure com Hahnemann, a autora afirma que mesmo sem a comprovação documental, é possível uma insinuação, uma vez que o Conde des Guidi advertira Mure sobre a presença de Hahnemann em Paris, que lá permaneceu durante nove anos.

A “*arte de curar*” praticada no **Instituto Homeopático do Sahy** não trouxe os benefícios imaginados pelo Dr. Mure. Não se sabe ao certo os reais motivos que o levaram a abandonar a colônia em 1843, nem se esta permaneceu em funcionamento após sua partida, mas é certo que Benoit Mure chegou ao Rio de Janeiro em 16 de agosto deste mesmo ano, a fim de redirecionar seus projetos no Brasil, desta feita centrando todos os seus esforços no sentido de propagar a homeopatia e defender o exercício legal da medicina homeopática³⁴, Com este objetivo, o Dr. Mure defendeu tese perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, habilitando-se assim para o exercício da medicina no Brasil.

Mure decidiu, então, dar continuidade aos seus projetos em relação à divulgação da “*doutrina dos semelhantes*”. Segundo Galhardo, há relatos que comprovam que Mure exerceu a medicina homeopática no Rio de Janeiro durante suas passagens esporádicas por esta cidade entre 1840 e 1842,³⁵ o que contradiz a afirmação do próprio médico, de que não tinha a intenção de propagar a doutrina dos semelhantes no Brasil, conforme sua carta ao *Jornal do Comercio* citada anteriormente. Mas o importante é que essa atitude comprova que Mure era verdadeiramente um seguidor de Hahnemann, já que oportunamente convertia médicos alopatas em prol de sua doutrina.

Foi o caso do Dr. Vicente José Lisboa, que obteve contato com Mure após regressar da Europa, em 1841, trazendo notícias de seu amigo, Dr. Calandra, sobre os progressos da homeopatia no velho continente. Neste contato, o Dr. Lisboa fora catequizado por Mure para exercer a clínica homeopática no Brasil³⁶. E no dia 10 de dezembro de 1843, os dois médicos criaram em sociedade o **Instituto Homeopático do Brasil**, situado à Rua São José nº. 59, no Rio de Janeiro. O Dr. Bento Mure, na qualidade de presidente do Instituto, pronunciou as seguintes palavras neste dia:

³⁴ Segundo a **Lei de 3 de outubro de 1832**, que regulamenta as atividades das faculdades de medicina do Brasil a arte de curar deve ser exercida somente por médicos ou cirurgiões com diplomas emitidos pelas faculdades de medicina oficializadas. Apud. Roberto MACHADO et al. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 204.

³⁵ J. Emygdio R. GALHARDO. Op. Cit.p. 282 – 284.

³⁶ IDEM. p.283.

*“Nós, e quem por convite nosso se nos unir, constituir-nos-emos em sociedade denominada Instituto Homeopático do Brasil, a fim de propagar a homeopatia em proveito das classes pobres. Os meios são o ensino, as publicações, as experiências e a prática dessa ciência, a preparação dos medicamentos e as experiências no homem são.”*³⁷

Interessante notar que a homeopatia que Mure pretendia exercer no Brasil tinha um papel não apenas institucional e terapêutica, mas, sobretudo, social, já que seria exercida “*em proveito das classes pobres*”. Percebe-se, nesse aspecto, a continuidade do projeto falansteriano, uma vez que o médico sublinha o aspecto societário do Instituto, que segundo seu Estatuto, deverá ser formado por sócios que venham a aderir ao projeto por espontaneidade, sendo que, cada um, deveria “*sustentar ao menos um consultório gratuito*” para atendimento dos pobres.³⁸

O Instituto Homeopático do Brasil foi, sobretudo, uma sociedade propagadora da homeopatia através, principalmente, do ensino desta arte de curar, de seus fundamentos e de sua prática. Sua finalidade era não apenas prestar socorros a enfermos, mas destruir “*os flagelos que vão de dia em dia dizimando a população*”³⁹. Ainda no Estatuto é assinalado que os médicos não só se despirão de falsas doutrinas, mas pelas mãos de Hahnemann encontrarão “*meios sem fim de aliviar a humanidade dos males sem conta que por todos os lados a afligem*”⁴⁰, o que parece apontar não apenas para a cura de males físicos, mas também para a cura de males sociais e morais.

Outro médico convertido à prática homeopática por Mure, assim que chegou ao Rio de Janeiro em fins de 1843, foi João Vicente Martins, cirurgião português, diplomado pela Escola Real de Cirurgia de Lisboa. Após declarar-se “*satisfeito de haver encontrado a verdadeira ciência de curar*”, decidiu “*cooperar na corte com o Dr. Mure, para o estabelecimento da Homeopatia no Brasil*”. Os dois médicos viam que o Instituto Homeopático não bastava para combater os “*erros da Escola*

³⁷ Ata da fundação do Instituto Homeopático do Brasil e projeto de Estatutos - Projeto 1º e Art. 1º. Apud. IDEM. p. 304.

³⁸ IDEM. *Ibidem* – Art. 2º e 3º. Apud. J. Emygdio R. GALHARDO. Op. Cit. p. 305.

³⁹ IDEM. *Ibidem*. p.306.

⁴⁰ IDEM. *Ibidem*. loc. cit.

Clássica”, era preciso dispor de médicos preparados para exercer a medicina segundo a nova doutrina.⁴¹

Neste sentido, Vicente Martins, já como sócio do Instituto Homeopático do Brasil, desenvolve o plano de uma Academia de Medicina Homeopática e Cirúrgica, que foi acolhido pela diretoria do Instituto. E, em janeiro de 1845, foi instalada a **Escola Homeopática do Brasil**, no mesmo lugar em que se encontrava o Instituto, à rua São José, nº. 59.⁴² Na Escola, pretendia seguir suas próprias regras de seleção de alunos, e tinha como prioridades a socialização e a transmissão do ensino para formar o profissional homeopata segundo aquilo que considerava a pureza científica. Ou seja, o ensino homeopático seguiria um plano de estudos independente daquele seguido pelas faculdades médicas e seu ensino seria diverso daquele proposto pela medicina clássica, formando médicos capazes de clinicar livres dos princípios norteadores da clínica alopática.⁴³

É relevante destacar que, durante sua vida, Bento Mure além de ser um combativo militante na medicina como homeopata ortodoxo, foi militante na política e na educação. No plano político era um socialista utópico, já que seguia o socialismo do francês François Marie Charles Fourier (1772-1837). O projeto de Mure de fundar o falanstério no Brasil foi inspirada no pensamento deste francês, que defendia a propriedade comunitária e uma sociedade na qual todos exercessem atividades compatíveis com suas vocações, aliando trabalho e prazer; e propunha que os bens produzidos na colônia fossem distribuídos proporcionalmente às necessidades de cada família.

Na educação, Jules Mure foi partidário de reforma pedagógica inspirada na pedagogia ativa de Jean-Joseph Jacotot (1770-1840)⁴⁴, segundo a qual os alunos poderiam ser auto-didatas e ensinar aos outros alunos conteúdos desconhecidos,

⁴¹ Palavras do próprio médico em propaganda a favor da homeopatia. Apud. J. Emygdio R. GALHARDO, Op. Cit. p.303.

⁴² J. Emygdio R. GALHARDO. Op. Cit. p.313.

⁴³ Madel T. LUZ. Op. Cit. p.100-103.

⁴⁴ Reitor e professor de língua e literatura francesa da Universidade de Louvain, Bélgica. Apud. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> disponível em junho de 2008.

utilizando leituras orientadas e discussões coletivas. Este método de ensino foi aplicado na **Escola Homeopática do Brasil**, onde os alunos de um dado ano de formação acadêmica ensinavam aos que estavam um ano abaixo.

Este pensamento reformador de Mure levou à criação do **Instituto Panecástico do Brasil**, inspirado, mais uma vez, na filosofia de Jacotot. O Instituto Panecástico foi criado em 1847, na Corte, sob proposta do Dr. B. Mure, e tinha por fim propagar os princípios de Jacotot sobre o que considerava o ensino universal, pPrincípios estes proclamados pelo próprio teórico:

*“Deus criou a alma humana capaz de instruir-se a si mesma, e sem o concurso de mestres e explicadores;
Aprender ou saber alguma coisa, e a ela referir todo o resto;
Tudo se acha em qualquer coisa;
Todas as inteligências são iguais;
Pode-se ensinar aquilo que se ignora;
Quem quer pode.”⁴⁵*

Como se pode notar, o método Jacotot objetiva estabelecer a emancipação intelectual com o fim último de acabar com os privilégios dos Estados em relação ao ensino, já que promoveria a liberdade profissional de todos os que atuassem no ensino. Liberdade no sentido de que qualquer pessoa que quisesse e tivesse confiança em si pudesse ensinar e aprender, e ainda ter a capacidade de verificar se o outro adquiriu o conhecimento. Um exemplo de emancipação intelectual espontânea é justamente a doutrina de Hahnemann, o que explica o método adotado por Mure no ensino superior da medicina homeopática no Instituto Hahnemanniano, na Escola Homeopática e no Instituto Panecástico.

Mure permaneceu no Brasil até 1848, quando resolveu voltar para a sua Pátria, deixando para atrás de si suas realizações profissionais, sua história, e o legado de suas idéias e práticas médicas para Vicente Martins⁴⁶, que, juntamente com outros homeopatas, deu continuidade aos projetos de seu mestre. Para estes médicos, naquele momento específico (década de 1840), o importante era poder

⁴⁵ J. Emygdio R. GALHARDO. Op.Cit. p.404.

⁴⁶ João Vicente Martins é considerado por Galhardo e por Madel Luz como o maior propagador da homeopatia no Brasil, e o mais importante auxiliar que Mure teve em seus projetos médicos.

provar que seus princípios teóricos eram corretos, provar através da **observação clínica terapêutica** e da **experimentação pura** que a homeopatia era capaz de curar. Bento Mure deu o impulso inicial **a este projeto médico** e se deparou com um forte oponente, a **Academia Imperial de Medicina** .

Por não se subordinarem ao saber dominante na época, os homeopatas foram atacados em sua prática médica e em seus princípios de todas as formas possíveis, principalmente pelas penas dos integrantes da Academia Imperial de Medicina. As acusações mais comuns eram as de que os homeopatas professavam um saber médico “*absurdo e inativo medicamente*”, e de que este saber seria “*perigoso do ponto de vista terapêutico*”⁴⁷, em larga medida em razão do princípio de que seria necessário ativar os sintomas da doença para depois curar o doente.

Porém, quanto mais os médicos alopatas atacavam os simpatizantes da nova ciência, mais estes se aproveitavam para propagar a homeopatia. Ora, o meio de propaganda com maior influência neste momento, era a imprensa, e, nela, o órgão de maior destaque era o **Jornal do Comércio**. E foi através deste jornal que a polêmica entre homeopatas e alopatas ganhou força ao longo da década de 1840. Na imprensa, multiplicaram-se artigos em defesa ou de crítica à homeopatia na mesma medida em que se multiplicavam publicações de propaganda de remédios ou de consultórios homeopáticos. A arte de curar que Mure trouxera para o Brasil ganhava espaço na sociedade imperial, em especial na Corte, ao mesmo tempo em que atraía para si muitos inimigos.

⁴⁷ Madel T. LUZ. Op. Cit. p.87.

3 Tempos de Polêmica.

Pense nos tempos mais remotos da história, imagine as relações que poderiam existir entre os homens daquela época. Agora, sem concessões ao evolucionismo, analise alguns momentos de ruptura e transformações nessa mesma sociedade, e perceberá que nem tudo se modificou. Existem continuidades mesmo em contextos de fortes descontinuidades, e talvez uma das constantes mais desafiadoras do pensamento e do viver dos homens em sociedade seja a relação com o **outro**.

“Outro”, do latim *alteru*, recebe o significado, em português, de *diferente; não este; diverso do primeiro; um segundo*.⁴⁸ O conceito de alteridade pode ser moderno, mas o desafio que sempre representa o contato com o diferente, com o *outro* é bem antigo. Na antiguidade clássica, os gregos já utilizavam este significado para reafirmar sua identidade sempre que faziam referência a outros povos. Para eles, povos cujos hábitos e costumes não fossem iguais aos seus eram classificados como bárbaros, estabelecendo, assim, uma relação de alteridade através de uma comparação que, ao mesmo tempo em que classificava, hierarquizava.

Se viajarmos com os grandes desbravadores dos mares, pelos séculos XV e XVI, perceberemos que o encontro com o outro, ou com os outros, também representou, para eles, um contacto com a diversidade. Naus portuguesas desbravavam o litoral africano, e lá se deparavam com homens de pele negra e de hábitos e crenças desconhecidos, ou seja, homens que eram vistos por eles como não civilizados.

Nas terras americanas não foi diferente. O contato dos europeus com regiões, para eles, inóspitas, fez com que qualificassem seus habitantes como *selvagens*. Sem contar seus costumes, para eles imorais, por serem completamente

⁴⁸Francisco FERNANDES, et. al., **Dicionário Brasileiro Globo**. (39ª ed.). São Paulo: Globo, 1995.

diversos daqueles dos povos do Velho Mundo, que se tinham como civilizados e como paradigma de cultura e civilização.

Em todos esses casos, o outro era expressão de uma oposição a uma determinada identidade, que se entendia superior, e adquiria, portanto, uma conotação negativa. A exceção costuma a ser vista nos *Ensaio*s de Michel de Montaigne (1533-1592), nos quais este autor francês reelabora as noções de bárbaro e selvagem num sentido positivo e cria o conceito de “*bom selvagem*”. Para ele, os selvagens eram vigorosos, autênticos e naturais, e quando se subordinavam ao processo civilizatório, seus valores eram corrompidos. 49

Mesmo com a visão de Montaigne, no século XVI, em relação ao “*bom selvagem*”, depois recuperada por outros pensadores, como Diderot e Rousseau no século XVIII, a imagem do outro permaneceu estigmatizada negativamente. Principalmente após o momento em que a expansão econômica, e os interesses que a presidiam, motivaram a concorrência, acirrando ainda mais uma visão do outro etnocêntrica e hierarquizadora.

A negatividade do outro atingiu a história da medicina como um todo, e, em particular, a brasileira. Na primeira metade do século XIX, a medicina clássica, ciência tradicional do Ocidente, já com o respaldo político do Império do Brasil, foi considerada a outra medicina pela homeopatia, e esta tratada como a outra pela primeira. Por se tratarem de abordagens científicas diferentes, uma se opôs à outra, gerando um campo de tensões que teve um de seus momentos de maior polêmica durante a permanência de Benoit Jules Mure no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1848.

Como as qualificações não poderiam deixar de existir, a oposição foi estabelecida entre a *medicina oficial x os charlatões* como, na visão dos médicos alopatas, eram vistos os homeopatas; entre a *velha medicina x a nova medicina* na

49 Para maiores detalhes consultar: Berenice CAVALCANTE. *Um incansável viajante: Michel de Montaigne, experiência e reflexão*. In. **Modernas Tradições. Percursos da Cultura Ocidental. Séculos XV-XVII**. Rio de Janeiro: Access, 2002. pp.44-56; Jean Starobinsky. **Montaigne em movimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; e Michel de MONTAIGNE. **Ensaio**s. Porto Alegre: Abril Cultural, Editora Globo, 1972.

versão dos médicos homeopatas; ou ainda a *medicina clássica x a arte de curar* na formulação de alguns contemporâneos e de parte da historiografia; todas em referência à alopatia e à homeopatia, respectivamente.

3.1. Medicina Clássica X A Arte de Curar.

A oposição entre as duas medicinas é decorrente de razões diferentes. Para os alopatas da primeira metade do século XIX, a homeopatia ainda era um modelo médico incompreendido. Assim como o que é novidade pode despertar curiosidade ou aversão, com os médicos alopatas não foi diferente. Em alguns, a nova abordagem médica despertou a busca pelo *novo saber*, em outros, a repulsa por princípio. Dentre os primeiros, a maior parte converteu-se à nova doutrina, e o restante exerceu as duas práticas. Já para os mais conservadores, a homeopatia tornou-se uma ameaça a seus planos que pretendiam instaurar uma medicina social.

Os médicos homeopatas já conheciam a medicina alopática antes de aderirem à *nova ciência*. O que motivara Benoit Jules Mure, Samuel Hahnemann, e os convertidos à doutrina homeopática, fora, justamente, a insatisfação com a terapêutica clássica, considerada por eles ultrapassada e ineficaz.

Os motivos podem ser diversos, mas o espaço de atuação da ciência médica era comum. No momento da implantação da homeopatia no Brasil, a corporação médica dispunha da hegemonia em termos de prática e do saber no combate à doença, devido à ligação existente entre os interesses de suas instituições médicas e a política imperial.

A instituição que melhor representou este plexo de interesses naquele momento, e, por conseguinte, a que se tornou a maior opositora da homeopatia, foi a **Academia Imperial de Medicina**. Desde 1829, ainda como Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a instituição teve como um dos objetivos assessorar o governo, além de destituir a legitimidade de todas as outras *artes de curar* através de sua atuação na *Ciência*, na *Higiene*, na *Humanidade* e na *Assistência* por todo

o território do Brasil.⁵⁰ A Sociedade pretendia “*promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas (...) debaixo da autorização e proteção do Governo*”⁵¹, o que a tornou porta-voz oficial da Coroa em matéria de ciência médica. Não foi sem razão que, em 1835, no recém-nascido Império, a Sociedade passa a denominar-se Academia Imperial de Medicina.

A Academia Imperial de Medicina faz parte da pretensão do governo de dar corpo a uma Nação que se queria construir, incorporando-a a uma política civilizatória que permitiria o reconhecimento da Corte como legítimo centro do poder e como foco irradiador das *Luzes*, baseadas na autoridade unívoca da ciência. Portanto, a sua missão “*consistia em estabelecer vínculos entre os cidadãos e a Coroa, pretendendo fazer valer e tornando conhecidas em todo o território as explicações e as propostas formuladas por seus membros*”.⁵²

Assim, como o projeto político imperial pretendia a construção de uma *ordem* que congregasse os interesses da *classe senhorial* para a consolidação de uma *unidade nacional*, a Academia tentou criar vínculos entre as diversas províncias, através da divulgação da ciência médica que pretendia representar, para a construção de uma *ordem médica brasileira*.⁵³ Os médicos da Academia se reconheciam como autoridades, justamente por avocar a responsabilidade da saúde pública do Império do Brasil, conforme justifica o doutor Soares de Meirelles⁵⁴:

“O povo geralmente não entende o que lhe é útil, e muitas vezes é incapaz desta inteligência. É preciso que a autoridade, como mais instruída, e mais capaz desta inteligência, faça o que entender que

⁵⁰ José Gonçalves GONDRA. *No Cenáculo da Ciência: a Ordem Médica e a Questão da Instrução*. In: Ana Maria MAGALDI; Cláudia ALVES; José Gonçalves GONDRA(orgs.). **Educação no Brasil: História, Cultura e Política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. pp. 205-208.

⁵¹ IDEM. *Ibidem*. p. 203.

⁵² Lorelai Brilhante KURY. **O Império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)**. Tese de mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Niterói: UFF-Departamento de História., 1990. p.105.

⁵³ IDEM. p. 120.

⁵⁴ Joaquim Cândido Soares de Meirelles – mineiro; Deputado e membro da Academia Imperial de Medicina foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se na antiga Academia Médico-Cirúrgica em 1822, instituída por ordem régia de 18 de fevereiro de 1808. Obteve o título de doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

*é útil e conveniente, sem se importar com o que diz ou pensa o povo erradamente, e sem lhe dar satisfações em matérias em que não pode ser juiz, e cumpre pois mais do que tudo instruir e persuadir a autoridade, e isto se faz diretamente com representações e propostas”*⁵⁵

A medicina no Brasil pretendia nacionalizar-se, mas a influência européia, principalmente de Montpellier, Edimburgo e Paris, em relação à saúde pública, baseou a quase totalidade do pensamento médico brasileiro durante a primeira metade do século XIX. Os conceitos de *ordem* e *civilização* se vinculavam com a idéia de um *corpo salubre*, assim como acontecia na Europa. Portanto, para as autoridades imperiais, a ausência de uma medicina que zelasse pela saúde pública tornaria a população desprotegida, incapaz de ordenar-se e de civilizar-se, por ser *incapaz desta inteligência*, ficando vulnerável à ação do charlatanismo.

O charlatão era a encarnação da negativa destas coordenadas na perspectiva da corporação médica. Todos os que praticassem alguma forma de cura que não condissesse com a prática alopática, eram desqualificados e considerados como praticantes da charlatanice. E foi com este epíteto que a homeopatia foi recebida pelas autoridades médicas do Império do Brasil.

Nos anos 1840, a homeopatia recebe o epíteto de charlatã para o movimento da medicina social brasileira. A justificativa para tão forte oposição era de que a homeopatia apresentava-se como capaz de substituir a medicina preconizada pelos membros da Academia Imperial de Medicina. No campo Institucional, ela reivindicava autorização legal para o funcionamento de seus cursos e para a prática profissional de seus adeptos, o que acabaria gerando uma divisão de poderes, caso os homeopatas fossem legitimados como autoridades médicas no Império.

No campo da teoria médica, a concorrência entre as duas medicinas era direta, na medida em que discutiam sobre os princípios da ciência médica que praticavam e sua eficácia terapêutica, através das revistas médicas produzidas

⁵⁵ Joaquim Candido Soares de MEIRELLES. IN **Revista Médica Fluminense**. Fevereiro, I (11), 1836, p.6. Apud. Lorelai Brilhante KURY. Op.Cit. p.124. Grifo meu.

pelas instituições, por meio do jornal de maior circulação no período, o *Jornal do Comércio*, e através de documentos encaminhados ao governo.

Nos argumentos do diretor da Escola Homeopática ⁵⁶, Dr. Manoel Duarte Moreira, quando encaminha para o Parlamento um documento anexado ao processo de reconhecimento do ensino e da prática médica homeopática em 1848, percebe-se, além da tentativa de legitimação institucional, uma estratégia política de propagação da homeopatia por meio de sua explicação científica.

*“Dois são os pontos de vista sob que se deve encarar a homeopatia: a questão legal e a questão científica; pois que, se pelo lado dos princípios ela se encarna na ciência, pelo dos fatos seu exercício depende da ação da lei. (...)A homeopatia, encerre ou não encerre princípios opostos à medicina até hoje reconhecida, é sempre uma parte da arte de curar; é sempre sobre a saúde e a vida da população que têm de se fazer sentir os bons ou maus efeitos de sua prática; conseqüentemente está incluída nas disposições policiais que regulam o exercício da medicina no império, pois que a medicina não se entende a arte de curar desta ou daquela maneira, com grandes ou pequenas doses, com semelhantes ou contrários, mas sim a arte ou ciência de **auxiliar a saúde e a vida do homem**, seja porque meios for, cuja escolha compete ora à ciência, ora à experiência.”⁵⁷*

Com esta afirmação, Dr. Duarte Moreira defende a homeopatia dos ataques realizados pelos médicos alopatas. Diz o autor que o importante para esta ciência é *auxiliar a saúde e a vida do homem*, não estando seus adeptos preocupados se sua arte é ou não contrária à medicina oficial.

Mesmo sendo a saúde da população a principal motivação da *nova medicina*, diante de tantos ataques por parte, principalmente, da Academia Imperial de Medicina, os homeopatas procuraram provar que seu sistema médico não deve ser considerado charlatanismo, e muito menos uma *não-ciência*.

⁵⁶ A Escola Homeopática funcionava dentro do Instituto Homeopático do Brasil e estava voltada para a formação de médicos seguidores do sistema de Hahnemann. Em 13 de março de 1848, a Escola foi reorganizada por conta do afastamento de Dr. Bento Mure do Instituto, e um mês depois do Brasil. Nesta ocasião, Dr. Duarte Moreira assume a direção da Escola.

⁵⁷ Documento nº.6 – *Resumo estatístico de legislação e estabelecimento concernentes à existência da homeopatia tanto na Europa como na América*, da autoria de Manoel Duarte Moreira, apud. José Emygdio Rodrigues GALHARDO. Op.Cit., pp.525-530. Grifo meu.

Do ponto de vista filosófico, a homeopatia de Hahnemann fundamenta-se no *vitalismo médico*. Este é um sistema que admite a existência de um terceiro princípio da vida, que não é nem o espírito (alma) e nem a matéria (organismo). O organismo humano é, para eles, animado por uma *energia vital*, que é *imaterial* por não poder ser apreendida empiricamente através do exame do corpo humano. Neste caso, o tratamento da doença e a escolha do medicamento a ser aplicado partem do que consideram ser uma *percepção intuitiva*.

Como a teoria homeopática partia de uma filosofia, de um sistema médico *imaterialista*, sua estratégia de legitimação como ciência deveria ser através da prática médica. Os homeopatas entendiam que seu pensamento era marcadamente materialista, já que o contexto científico desta época exibía um campo teórico originário do iluminismo, norteado pela razão e pela observação empírica dos fatos. No entanto, a saída para os homeopatas provarem sua ciência seria através da terapêutica, que parte da prática de observação.

A medicina alopática baseava-se na concepção de ciência ligada ao racionalismo materialista herdado do Iluminismo do século XVIII. Para esses racionalistas a ciência precisava evoluir a partir de alguma teoria antes conhecida e legitimada. Na década de 1840, a física e a astronomia de Newton eram o pensamento científico mais avançado. Portanto, uma ciência nova só poderia ser compreendida e aceita pelos cientistas deste momento se pudesse ser provada a partir das teorias de Newton.

Por isso, o Dr. Duarte Moreira explicou resumidamente como Hahnemann chegou aos seus princípios teóricos fundamentais, fazendo uma analogia com a elaboração da teoria de Newton:

“A lei geral, a lei absoluta que presidiu à confecção do sistema denominado homeopático foi a que se baseou e se exprime no dogma ‘similia similibus curantur’, servindo, pois, de fato inicial e gerador àquele sistema a descoberta de que os efeitos que produzia no homem são tal ou qual substância eram justamente os que eles destruíam no homem doente. Assim, do mesmo modo que Newton, de acordo com uma observação empírica, desenvolveu a sua Teoria Geral do Universo, que exprimiu por uma fórmula que dá a razão de todos os

fenômenos que lhe são relativos, pelo mesmo conseguinte Hahnemann argumentou a sua teoria do dinamismo vital e dela deduziu todas as aplicações práticas fisiológicas, patológicas e terapêuticas para a organização completa de um sistema em medicina, inteiramente em oposição com tudo o que tenham de teórico os sistemas que precederam o seu”.⁵⁸

A homeopatia de Hahnemann aproxima-se, portanto, do racionalismo deísta da física newtoniana, que acredita na concepção do universo apoiado na *Razão divina*. A *razão divina*, para Newton, é baseada na idéia de que existe uma ciência universal, “*fruto da razão infinita de Deus*”.⁵⁹

O que embasava a terapêutica homeopática era, além da teoria do *dinamismo vital*, também conhecida como a teoria do terceiro princípio, a teoria das *doses infinitesimais*. Esta pressupõe que “*a matéria compõe-se de elementos fracionáveis praticamente ao infinito*”, podendo “*se converter em energia a partir de certo estágio de fragmentação/ agitação de suas partículas*”. Esta agitação em um solvente “*possibilita a liberação de ‘propriedades físicas’ desconhecidas*” e curativas, diferentes das químicas que a alopatia adotava.⁶⁰

O saber homeopático baseado nas *doses infinitesimais* e no *dinamismo vital*, modelo incompreendido ou ignorado pelos médicos alopatas da década de 1840, foi considerado absurdo⁶¹. Portanto, urgia à Academia Imperial de Medicina combater este saber através da desmoralização dos homeopatas com afirmações contrárias tanto ao seu saber científico, como acusações de delitos médicos, morais e até penais, tais como assassinato ou envenenamento. Em contrapartida, o Dr. Mure e seus seguidores procuraram defender-se das acusações através do *Jornal do Comércio*, órgão de maior circulação na época. Aproveitavam, dessa forma, para legitimar e expandir o novo saber pelo Brasil através da imprensa.

⁵⁸ Documento n°. 3 – *Resumo do desenvolvimento do programa em relação às doutrinas de Hahnemann*, da autoria de Manoel Duarte Moreira, 1848. Apud. José Emygdio Rodrigues GALHARDO. Op.Cit., pp.520 e 521.

⁵⁹ Madel T. LUZ. **A arte de curar versus a ciência das doenças: História Social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996. p.88.

⁶⁰ IDEM, p. 89.

⁶¹ A **Revista Médica Brasileira**, órgão da Academia Imperial de Medicina, em seu número de setembro de 1842, publicou “*Absurdo matemático da homeopatia, sobre as doses infinitesimais*”. Apud. José Emygdio Rodrigues GALHARDO. Op.Cit.,p.523.

3.2.

A Polêmica Homeopática no *Jornal do Comércio*.

Fundado em 1º de outubro de 1827 pelo tipógrafo, editor e livreiro francês Pierre Plancher, o *Jornal do Comércio* foi o meio de comunicação de maior circulação no Império do Brasil. Especificamente na primeira metade do século XIX, este órgão da imprensa diária abarcava ampla diversidade de informações. Suas páginas eram compostas de informações sobre decisões políticas do governo, de folhetins literários, de informações comerciais sobre produtos exportados e importados (inclusive escravos), de notícias provenientes de outras províncias do Brasil, assim como de outros países do mundo. A propaganda de novos produtos e de novas instituições também faziam parte das páginas deste veículo impresso, além de seções como “*Comunicados*” e “*A pedido*”, espaços disponíveis para qualquer leitor desejoso de se manifestar publicamente pelas páginas do jornal.

Conforme afirmação de Marco Morel e Mariana Barros, a palavra impressa teve grande importância na História do Brasil. Em seu livro *Palavra, imagem e poder*, os autores analisam as transformações ocorridas na imprensa como um todo durante o período do Império do Brasil. e, ainda que não tratem de jornais específicos, há características abordadas que podem ser claramente identificadas com as do *Jornal do Comércio* no período analisado neste trabalho.

A imprensa desta época foi considerada pelos autores como “*instrumento político de convencimento, revelando as paixões e conflitos*”, privilegiando o “*doutrinário, o propagandístico, em detrimento do ‘factual’ e descritivo*”.⁶² Esta era uma das razões para que os médicos, tanto alopatas como homeopatas, utilizassem este veículo para propagar suas doutrinas, seus remédios, suas instituições e suas idéias.

Outra razão para tão forte interesse pelo *Jornal do Comércio* era que os impressos encontravam-se sempre “*expostos em locais freqüentados por diversas camadas da população, como nas boticas (farmácias), que também punham à*

⁶² Marco MOREL; Mariana Monteiro de BARROS. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 49.

venda livros e jornais”⁶³. Que espaço mais estratégico poderiam os homens da ciência escolherem para divulgar suas práticas e pensamentos, se não no veículo lido por letrados e esclarecidos da sociedade imperial?

Em virtude do exposto, o Dr. Benoit Jules Mure e seus seguidores decidiram divulgar a homeopatia de Hahnemann no *Jornal do Comércio*, o que deu origem a uma série de ataques e defesas entre eles e os médicos da Academia Imperial de Medicina. Ajudaram, assim, a caracterizar este jornal como “*órgão da comunidade dos homens de negócios, dócil à orientação governamental, pretensamente apolítico*”.⁶⁴ Característica esta que motivou a continuação da propaganda homeopática ao longo do período imperial brasileiro.

Muitos artigos foram publicados no *Jornal do Comércio* desde dezembro de 1841, a maioria a favor da homeopatia. Mas foi em 1843 que, quando houve uma epidemia de escarlatina na Corte, que teve início à fase de maior polêmica entre a alopatia e a homeopatia, que se manteve até 1848, ano em que Mure se despede do Brasil. Tudo começou com um artigo publicado pelo Dr. Mure, a respeito da necessidade de que se tomasse alguma medida em relação aos estragos causados pela escarlatina. E, para contribuir no sentido de debelar a epidemia, anuncia a **distribuição gratuita** dos preservativos homeopáticos como meio seguro.⁶⁵

Dez dias após a publicação deste artigo, o Dr. J. R. de Mattos, membro da Academia Imperial de Medicina, resolve pôr em prática a contra-estratégia homeopática, ou seja, desmoralizar os homeopatas e o seu sistema médico. No *Jornal do Comércio* de 25 de outubro de 1843, o Dr. Mattos julga o Dr. Mure capaz de exercer a homeopatia por exclusivo interesse pecuniário. É importante lembrar que naquele momento o Instituto Homeopático do Brasil, com seus consultórios gratuitos, ainda não existia. Mesmo assim, em concordância com a réplica de Dr. Mure no mesmo jornal do dia 30, um anúncio publicado no dia 15

⁶³ IDEM, p. 79.

⁶⁴ Como se pode notar no imperativo estatutário, quando da reforma do Instituto Hahnemanniano Fluminense. **Brasil. Coleção de Leis. Decreto n.º 7.794 de 17/08/1880. Aprova a Reforma de Diversos Artigos dos Estatutos do Instituto Hahnemanniano Fluminense que passa a denominar-se Instituto Hahnemanniano do Brasil.** Apud. Fernando Antônio FARIA. **Querelas Brasileiras: Homeopatia e Política Imperial.** Rio de Janeiro: Notrya, 1994, p.18.

⁶⁵ **Jornal do Comércio**, 15 de outubro de 1843. Apud. José Emigdio GALHARDO. Op.Cit, p.300.

já determina uma iniciativa gratuita, provando, portanto que ele não seria um “*homem interessado*”.

No decorrer do ano de 1843 e grande parte de 1844, os dois médicos mantiveram debates de idéias pelas colunas do diário *Jornal do Comércio*. O Dr. Bento Mure, ainda sem quem o auxiliasse, defendia a doutrina homeopática, expondo seus princípios e enumerando casos concretos de cura na capital do império através dessa prática médica.

Com o fim de provar que a “nova ciência” era mais eficaz do que a “velha”, o Dr. Mure publicou no *Jornal do Comércio* de 5 de junho e 8 de julho de 1844 exemplos de vítimas da explosão da barca Esperança, em maio do mesmo ano, que havia ocasionado grande número de vítimas, e citava casos de cura pelo tratamento homeopático. Nestes escritos, o Dr. Mure acusou o tratamento do médico alopata, Dr. Antonio Candido Nascente de Azambuja, de ineficaz no tratamento dos mesmos doentes. Com isso veio a campo nova polêmica, de um lado os Drs. Azambuja e Antônio da Costa, e do outro os Drs. Bento Mure e João Vicente Martins. O Dr. A. da Costa foi o maior opositor do Dr. Mure e de sua doutrina, enquanto que o seu maior auxiliar e propagandista mais ferrenho da homeopatia foi o Dr. J. V. Martins.

A polêmica em relação a este último acontecimento perdurou até a publicação de Vicente Martins no *Jornal do Comércio* de 19 de dezembro de 1844. Ele listou os nomes e endereços das respectivas vítimas do acidente salvas pelas mãos da homeopatia, que haviam sido tratadas, em Niterói, pelo Dr. Azambuja, que não as conseguira curar.

Os anos de 1845 e 1846 marcaram o *Jornal do Comércio* com debates ainda mais acirrados entre os médicos dos dois grupos. Os médicos alopatas, fortemente abalados com o triunfo da homeopatia na Corte, sentiram-se na iminência de perderem seu prestígio e seu espaço de poder, e iniciaram com muito mais força o contra-ataque. A homeopatia, neste período, ganhava crédito junto à população de todas as classes da corte do Império. Haja visto que os próprios doentes curados

pela homeopatia de moléstias tidas como incuráveis recorreram à imprensa para publicar suas experiências.

“Constando-me que alguém pretendeu na câmara temporária demonstrar a ineficácia das doutrinas de Hahnemann, sou a declarar que tendo eu sido medicada por hábeis médicos alopatas sem algum proveito, estou hoje livre inteiramente de graves lesões intestinais que sofria mediante os conselhos e aplicações do Dr. Mure, que muitos outros curativos radicais tem esse mesmo Dr. alcançando com sua medicina, já em parentes meus, já em meus escravos e já, finalmente, em muitas pessoas de meu conhecimento e amizade, algumas das quais lançaram mão deste recurso por conselho meu, e desespero da outra medicina”. (Maria Clara de Bustamante)⁶⁶

Esta senhora fazia parte da boa sociedade da época, pois possuía escravos e parecia ser influente. O pronunciamento de pessoas pobres não foi encontrado nas páginas do *Jornal do Comércio* porque, em geral, não eram leitoras.⁶⁷ Mas isso não quer dizer que os homeopatas não se preocupassem com as outras classes da população. Inclusive clérigos, como o padre Manoel Gomes Souto, pronunciaram-se a favor da homeopatia. O padre declarou que se desenganou com a alopatia e recorreu à homeopatia, sendo salvo pelo Dr. Duque-Estrada: *“Honra à homeopatia! Honra aos que a ela se dedicam, porque é ela a verdadeira medicina”*.⁶⁸

A polêmica pelas folhas do principal periódico da corte já não se restringia apenas ao confronto entre médicos alopatas e homeopatas, mas envolvia pacientes e ampliava o espectro do debate.

Enquanto os médicos ortodoxos contavam com fortes aliados entre os representantes do poder no Estado Imperial, a homeopatia legitimava-se frente à sociedade civil, na medida em que conquista muitos partidários que a defendem como uma medicina mais suave, racional e eficaz. Segundo Ângela Porto, os

⁶⁶ **Jornal do Comércio**, 1º de abril de 1845, seção “Correspondência”, p.2. Carta redigida em 26/03/1845.

⁶⁷ Marco MOREL; Mariana Monteiro de BARROS. Op.Cit., p.41.

⁶⁸ **Jornal do Comércio**, 8 de abril de 1845, seção “Anúncios”, intitulado “Homeopatia”, p.4. O Dr. Domingos de Azeredo Coutinho de Duque-Estrada foi um dos médicos alopatas que demorou a assumir uma das duas medicinas, sendo considerado eclético durante bom tempo. Mesmo assim ajudou a propagar a homeopatia através da imprensa. Mais tarde torna-se inimigo de Mure, dividindo a homeopatia internamente.

escravos eram “*geralmente excluídos dos cuidados da medicina oficial*”⁶⁹, situação esta suprida pelo tratamento homeopático.

Fernando de Britto, outro proprietário de escravos, é mais um exemplo tanto da eficácia do tratamento homeopático, como do fato desta medicina ser aplicada, também, à população escrava. Ele relata, em carta enviada ao jornal, a cura de um escravo seu, antes condenado pela medicina alopática, pela homeopatia do Dr. Mure.⁷⁰

Mesmo sem que constassem diretamente nas folhas do *Jornal do Comércio* pronunciamentos dos pobres a favor da homeopatia, há provas de que estes foram beneficiados pela “*nova medicina*”. No dia 18 de março de 1845, este jornal publicou uma declaração assinada com o pseudônimo de “*Caloiro*”⁷¹, que acusava os consultórios homeopáticos de cobrarem consultas aos pobres, além de considerar seus medicamentos suspeitos. Não foi preciso que os médicos homeopatas se pronunciassem contra esta ofensiva, já que os próprios pacientes tomaram suas dores.

Nos dias 25 e 26 de março, e 11 de abril do mesmo ano, enfermos e vítimas de enfermidades em suas famílias vêm desmentir o que consideravam serem calúnias feitas por “*Caloiro*” contra os consultórios homeopáticos. Afirmam que é um “*lugar onde os enfermos pobres são atendidos e medicados gratuitamente*”⁷², o contrário do que fora dito por este “*Caloiro*”. João Dias de Mello considera a homeopatia a “*nova medicina*”; a velha seria a outra. “*(...)minha cura confirmou o bom conceito que eu formava dela e de seus cultores*”.⁷³

⁶⁹ Ângela PORTO. *A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro; o tratamento homeopático*. IN: **Papéis Avulsos**, n.º 7. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, novembro de 1988, pp.13-23.

⁷⁰ **Jornal do Comércio**, 2 de maio de 1845, seção “Correspondências”, intitulada “*Eco de um homeopata*”, p.3.

⁷¹ Este período foi marcado por publicações assinadas através de pseudônimos. Acredito que esta seria uma forma de médicos publicarem suas idéias sem se expor publicamente, com medo, talvez, de mancharem suas imagens.

⁷² **Jornal do Comércio**, 26 de março de 1845, seção “Publicações a Pedido”, p.3.

⁷³ **Jornal do Comércio**, 11 de abril de 1845, seção “Publicações a Pedido”, p.2.

Todos os que se pronunciavam publicamente no *Jornal do Comércio* em reconhecimento pelo benefício que haviam recebido da nova doutrina, por conseguinte, mesmo sem que esse fosse seu objetivo, referiam-se à “*outra medicina*” como ineficaz. O que mostra como a polêmica entre as duas medicinas na imprensa ajudava à polarização no pensamento do público sobre a medicina, uma vez que reforçava alternativa excludente entre as duas abordagens médicas.

Diante da crescente credibilidade da homeopatia, os médicos ortodoxos necessitavam de armas mais poderosas para o contra-ataque. Assim, no *Jornal do Comércio* do dia 18 de março de 1845 foi publicado um pedido feito pelo Dr. Meirelles ao Senado para o aumento de verbas para a Academia Imperial de Medicina controlar melhor a saúde do país. Como justificativa, publica duas cartas dos Drs. Orfila e Rognetta – importantes membros da Escola de Medicina de Paris -, que foram endereçadas ao Dr. A. da Costa.

Duas perguntas a respeito da homeopatia foram enviadas no dia 15 de agosto de 1844, pelo Dr. A. da Costa para estes renomados médicos, que foram respondidas em dezembro de 1844. A primeira pergunta foi a respeito do estado em que se encontrava a homeopatia na Europa, sobretudo em França. A que mais interessa é a segunda, a respeito de suas opiniões sobre a homeopatia, que merecem ser transcritas em sua íntegra:

“Minha opinião pessoal vós prevedes de antemão pelo que precede; todavia acrescentarei que, se o médico só devesse tratar enfermos que não têm necessidade de medicação alguma para se curarem, então eu não acharia inconveniente algum em que eles se submetessem ao regime homeopático, por isso que as medicações desta casta não contêm absolutamente nada de apreciável: porém não é isso assim; os homeopatas tratam de indivíduos atacados de moléstias agudas, tais como a angina, a pneumonia, etc.; nestes casos estes médicos desprezam as sangrias, os purgantes, etc.; a moléstia se agrava, e os doentes morrem por falta de tratamento. Segundo minha opinião, todas as penas que se impuzessem a tais médicos não seriam nunca suficientemente fortes.”⁷⁴.

⁷⁴ Carta do doutor M. Orfila, datada em 07 de dezembro de 1844, publicada no **Jornal do Comércio**, 18 de março de 1845. Seção “Câmara dos Srs. Deputados (Sessão de 15/03) – Ordem do Dia”, p.2.

“Pelo que respeita a segunda questão, eu vos direi que a meus olhos a homeopatia não é outra coisa senão uma alta mistificação perigosa em muitos casos. Digo perigosa, porque realmente nada mais é do que a antiga medicina expectante, que conta somente com as forças orgânicas para obter a cura, e que embala a imaginação com glóbulos sem ação. Todavia, existem alguns médicos instruídos em mui pequeno número que só servem do sistema homeopático como de uma tabuleta, e que administram em casos necessários os medicamentos nas doses convenientes, e segundo os princípios da verdadeira medicina; eles obtêm resultados como todos os outros. O sistema de Hahnemann é absurdo em princípios e em fatos, porque ele supõe que os medicamentos abram em razão inversa da dose, o que é falso. Eu não vejo demais porque duvidamos adotar semelhantes doutrinas, tão fáceis de pôr em prática, se houvesse nelas alguma coisa de verdadeiro!”⁷⁵

Com base no argumento de autoridade da opinião médica francesa, o Dr. Meirelles finaliza seus argumentos por afirmar:

- Ora, se o chefe da escola da Europa, que me parece ser uma das mais ilustradas, uma das mais célebres do século em que vivemos, assim se exprime, que razões poderei eu apresentar que melhor possa chamar a atenção do país a este respeito?”⁷⁶

Muitos ataques à homeopatia foram feitos através das páginas do *Jornal do Comércio* neste período. Longos e repetidos artigos escritos por médicos da Academia Imperial de Medicina criticavam a nova ciência por ser “alta mistificação”. O Dr. Meirelles, por exemplo, julgou “sua base fútil, o seu fim vão e seu uso perigosíssimo” e afirmou ser perigosa sua prática porque se utilizava de remédios secretos, “e nada é mais perigoso do que o segredo em fato de remédios”. (...) “Este mistério excita o entusiasmo e entretém a credulidade pública”.⁷⁷

O mesmo médico ainda condena nesta prática, tanto o preparo dos remédios como sua venda, ambos feitos pelos homeopatas.

⁷⁵ Carta do doutor Rognetta, datada em 01 de dezembro de 1844, publicada no **Jornal do Comércio**, 18 de março de 1845. Seção “Câmara dos Srs. Deputados (Sessão de 15/03) – Ordem do Dia”, p.2.

⁷⁶ **Jornal do Comércio**, 18 de março de 1845, seção “Câmara dos Srs. Deputados (sessão de 15/03) – Ordem do Dia”, p.2.

⁷⁷ IDEM.

*“Deste modo ficam à sua disposição todos os meios de captação, de sedução e de charlatanismo, para arrastar o público a despesas extraordinárias para a compra de objetos de que só eles têm conhecimento”.*⁷⁸

Para afirmar que somente os farmacêuticos estavam legalmente autorizados a compor e vender medicamentos. O acúmulo das duas profissões – médico e farmacêutico – seria imoral, na perspectiva deste médico, pois *“a pessoa que receita os medicamentos, sendo a mesma que os vende, é interessada em exagerar o seu preço e a quantidade, em prejuízo do doente”.*⁷⁹

A legitimação da medicina homeopática junto à população contribuiu para sua propagação, não apenas na Corte, mas também em todo o Brasil. Mas ainda faltava aos homeopatas a legitimação acadêmica de sua ciência. Para Mure, a homeopatia deveria ser reconhecida como a *“verdadeira medicina”* pelos poderes institucionais, pelo Estado, pela sociedade civil e pelas *“classes pobres”*. As duas últimas a reconheceram, faltavam as duas primeiras.

Vital para a legitimação acadêmica da homeopatia seria o confronto clínico através de provas empíricas. Em vista disso, o Dr. Bento Mure, após algumas considerações sobre os violentos ataques de que a homeopatia fora vítima, propõe o *“Convite Definitivo”*, convocando os médicos alopatas a assistir os métodos homeopáticos aplicados aos seus pacientes da Santa Casa da Misericórdia, com a sua permissão⁸⁰. Esta experiência, ou prova clínica, fora proposta por Mure repetidas vezes, nunca sendo aceita pelos médicos oficiais do Império.

Sem mais argumentos contra a homeopatia, após a proposta de Mure ser recusada através do silêncio, os médicos da Academia Imperial de Medicina decidiram investir contra a *“Fábrica homeopática de médicos”*. A campanha de descrédito contra a Escola Homeopática do Brasil se deu a partir de 6 de janeiro de 1846, em artigo assinado com o pseudônimo de *O Socialista*, no *Jornal do Comércio*. Neste momento a figura do chefe de polícia torna-se importante para

⁷⁸ **Jornal do Comércio**, 7 de abril de 1845, seção “Publicações a Pedido”, p.3.

⁷⁹ IDEM.

⁸⁰ **Jornal do Comércio**, 8 de abril de 1845, seção “Comunicados”, p.3.

auxiliar os médicos da Academia contra o que consideravam uma forma de charlatanismo.

A campanha na imprensa chamara a atenção do chefe de polícia para a ilegalidade de funcionamento da Escola Homeopática, uma vez que se afirmava ser contrária às leis do Império, por conferirem títulos de doutor em medicina aos alunos de uma Escola não oficializada. É necessário esclarecer que o acesso à carreira de médico naquele momento era restrito aos filhos da boa sociedade, que, com a legitimação do diploma de medicina, tinham facilitado o acesso ao exercício do poder político, e da direção administrativa do Império. Por isso a formação médica homeopática é tão polêmica, já que formava pessoas provenientes de distintos setores sociais.

Devido a esta atitude dos seus adversários, poucos dias depois, os homeopatas foram obrigados a suspender as atividades da Escola Homeopática do Brasil até a manifestação do governo sobre sua legalidade ou não, respeitando desta forma as leis do Império e os encarregados de sua execução. Não tiveram que esperar muito, pois em 6 de abril de 1846, e publicado no *Jornal do Comércio* do dia 8 do mesmo mês, o governo havia reconhecido oficialmente a legalidade da Escola de Medicina Homeopática e declarado que estava autorizada “*legalmente a conferir títulos científicos aos seus alunos, que os habilitariam depois, na conformidade das leis, a exercer livremente a medicina*”.⁸¹

O reconhecimento da Escola Homeopática foi o motivo principal dos escritos mais violentos contra os adeptos da homeopatia. Os membros da Academia Imperial de Medicina não se conformavam com esta decisão do Governo. Atacaram a terapia homeopática, acusaram os médicos até de envenenamento, afirmando que os remédios secretos não passavam de venenos, além de prosseguirem suas tentativas de desmoralizar os homeopatas.

⁸¹ **Jornal do Comércio**, 8 de abril de 1846, seção “Comunicados”, p.3.

No dia 31 de dezembro de 1846, o *Jornal do Comércio* insere em suas páginas um artigo do Dr. Mure intitulado “*Perseguições contra a Homeopatia*”, em que afirmava o seguinte:

*“Na idade média teríamos sido acusados de heresia e de feitiçaria, julgados e queimados pelos nossos adversários. Hoje as doutrinas reinantes não têm nem a inquisição, nem fogueiras às suas ordens; mas têm o poder, a opinião, os prejuízos populares, e usam dos meios que estão ao seu alcance. Como pode a homeopatia sobreviver a ataques tão repetidos? Como pode a verdade triunfar dos interesses ligados contra ela? Isto é o segredo da Providência, da qual não somos senão fracos e indignos instrumentos. (...) Os médicos alopatas, aproveitando a compra de instrumentos para as experiências de medicina legal, feita pela escola de medicina, anunciaram que era chegada a ocasião de acabar com os discípulos de Hahnemann, provando que os doentes mortos no decurso do tratamento homeopático eram envenenados pelos remédios.”*⁸²

Um médico alopata denunciou a morte de uma menina após o tratamento homeopático, que foi seguido de necropsia e análise das substâncias encontradas em seu intestino. O resultado foi negativo para a acusação de envenenamento, deixando os médicos alopatas novamente insatisfeitos com o resultado, o que resultou em novas polêmicas, que não cessaram nem mesmo com a partida do Dr. Mure do Brasil.

Mas através das acusações dos alopatas contra a nova arte de curar, os homeopatas aproveitavam o espaço do *Jornal do Comércio* para divulgarem a nova ciência e suas práticas bem sucedidas. De certa forma, os próprios alopatas ajudaram a homeopatia a ser reconhecida tanto pela população civil, como pelo Estado Imperial. Se não fossem suas polêmicas no jornal de maior circulação, talvez a nova ciência não tivesse tanta oportunidade de divulgar suas idéias, e muito menos voz para oficializar a sua Escola de Medicina.

⁸² **Jornal do Comércio**, 31 de dezembro de 1846, seção “Publicações a pedido”, p.2.

O Dr. Benoit Jules Mure, introdutor da homeopatia de Hahnemann no Brasil, se despediu em publicação feita no *Jornal do Comércio* de 8 de abril de 1848:

*“(...) A posição atual da homeopatia no Brasil não tem igual em nenhuma parte do velho continente. A que será devido isto senão à distinção profunda que existe aqui a homeopatia e a medicina antiga, entre a lei dos semelhantes e a lei dos contrários, e enfim à criação de uma escola onde as doutrinas de Hahnemann são ensinadas em toda a sua pureza? (...) Esta guerra moderna, concentrada nas colunas dos jornais, é não menos séria, não menos fecunda em resultados que as lutas armadas dos nossos maiores. (...) Tempo virá em que o Brasil reconhecerá tantos serviços prestados à humanidade, e regularizará por medidas legislativas o exercício da verdadeira arte de curar”.*⁸³

⁸³ *Jornal do Comércio*, 8 de abril de 1848. Apud. José Emigdio GALHARDO, Op.Cit, pp. 508 a 510.

Conclusão.

Do que foi exposto, percebe-se que a relação entre a medicina clássica e a homeopatia se deu em um contexto conturbado. Os anos 1840 foram marcados por um processo de restauração social em que a ordem médica foi uma das principais forças dirigentes no que tange à saúde do indivíduo e do corpo social do Império. Vinculadas ao Estado, as Instituições médicas criadas na década imediatamente anterior, como a Academia Imperial de Medicina e as Faculdades de Medicina, foram responsáveis pela ordenação social, pela eliminação das *paixões* presentes nos corpos desordenados.

Com o intuito de construir uma Nação civilizada nos trópicos, os dirigentes imperiais assumiram essa responsabilidade, já que se diziam os detentores das Luzes da Civilização. Construir uma Nação em uma ex-colônia significava para seus dirigentes eliminar os símbolos do atraso e forjar uma História brasileira, através da criação de Instituições brasileiras e da formação moral de seus súditos.

As artes de curar populares eram um dos símbolos coloniais que os médicos, através da Academia Imperial de Medicina, tinham que extinguir do cotidiano imperial. Um dos meios utilizados para esse fim foi a desqualificação das terapêuticas populares através da aprovação de uma Lei de outubro de 1832. Este fato evidencia o poder que a Academia assumiu junto ao Estado Imperial no que diz respeito à legitimidade de sua ação sobre a população brasileira.

Quando a homeopatia é introduzida no Brasil pelo francês Benoit Jules Mure, ela ainda é uma forma de exercer a medicina desconhecida pelos médicos do Império. E como tudo que é desconhecido causa estranheza, a homeopatia foi vista pela sociedade médica como um *alterus* negativo. As conseqüências deste encontro foram diversas. Alguns médicos alopatas, como o Dr. Vicente José Lisboa e João Vicente Martins, na medida em que tomaram conhecimento da homeopatia através de seu introdutor, se converteram a esta prática e assumiram o projeto de propagação e legitimação desta medicina no Brasil.

Outros, os médicos conhecidos como ecléticos, exerciam a medicina alopática e, quando o método não era eficaz, recorriam aos remédios secretos do tratamento homeopático. A meu ver esses médicos não assumiam a “*nova medicina*” por medo de se expor aos ataques freqüentes por parte dos médicos alopatas. Se não acreditassem no tratamento homeopático, não recorreriam a esta prática de cura quando necessitassem. O mesmo digo das rezas, uma das artes de curar populares, que eram condenadas pelos médicos detentores da ciência presidida por critérios da razão, e que muitas vezes a utilizavam como última opção de cura.

Por isso a indagação que me trouxe à elaboração desta monografia: por que as várias opções de tratamento e de cura das doenças do corpo não puderam andar de mãos dadas, se todas portem em comum um mesmo fim? Por que a medicina alopática, com seus remédios por vezes agressivos ao organismo, é o meio mais convencional de tratamento das doenças, é o sistema que dita as regras de controle da saúde nos dias de hoje, subordinando as *outras* medicinas e as qualificando como *medicinas alternativas*?

Para essas perguntas encontrei as respostas na relação da ordem médica e de suas instituições com o aparelho do Estado, na elaboração de suas políticas sociais de ordem e civilização e de progresso científico. O espaço de atuação para os médicos do Império comportava somente uma terapêutica, a alopática, considerada por eles a única ciência válida e eficiente, a única capaz de inserir a *razão* nos corpos individual e social, a única capaz de auxiliar o Estado a construir uma Nação Civilizada nos trópicos.

No entanto, para esses médicos, a homeopatia tornava-se uma ameaça à política médica imperial, na medida em que, além de atrair os médicos curiosos que, em maior parte se convertiam, legitimou-se frente à sociedade imperial. As propagandas da doutrina de Hahnemann no *Jornal do Comércio* realizadas pelos médicos homeopatas, principalmente por Benoit Jules Mure durante sua permanência na Corte – de 1840 a 1848 -, foram fundamentais para sua legitimação como medicina eficiente.

A homeopatia privilegiou-se com a propaganda escrita e, também, através de sua institucionalização. Bento Mure criou algumas instituições para dar procedimento aos seus projetos de divulgação e expansão da doutrina dos semelhantes, e deu destaque ao Instituto Homeopático do Brasil e à Escola Homeopática do Brasil, pois através delas a homeopatia tentou se oficializar. Conforme exposto no capítulo terceiro desta monografia, a Escola foi oficializada com a ajuda, por mais paradoxal que isto possa parecer, dos ataques da Academia Imperial de Medicina. Ou seja, a instituição recebeu o aval do Governo Imperial para formar médicos homeopatas brasileiros, mas não para que estes exercessem suas práticas livremente.

O embate entre as duas medicinas se deu pelos interesses em choque em um mesmo espaço de atuação. Ambas disputavam a expansão de suas doutrinas no Império, a começar pela Corte, centro irradiador das *Luzes* para todo o Brasil. Através da análise destes interesses comuns não é possível perceber o por que dos embates entre as duas medicinas.

O que as diferenciou negativamente, tornando-as opostas, foi o interesse no monopólio do saber médico. Os homeopatas, detentores do saber da *nova ciência*, não confiavam nos tratamentos alopáticos, para eles agressivos ao organismo e ineficazes. Portanto a homeopatia deveria ocupar o espaço que a medicina clássica atuava no Império. Os alopatas só acreditavam na sua ciência, baseada na *razão* e considerada por eles a única medicina verdadeira. A homeopatia, portanto, fazia parte do grupo dos *charlatães*, e precisava ser desmoralizada.

O período compreendido entre 1840 e 1848 foi marcado por embates constantes no *Jornal do Comércio* entre homeopatas e alopatas. Mas a disputa por um campo de atuação no Império do Brasil não se limitou a esse espaço temporal, uma vez que Benoit Jules Mure deixou o seu legado para as próximas gerações de médicos homeopatas do Brasil, que deram continuidade ao seu projeto.

Acredito que o conhecimento da História permite a relativização dos mitos construídos no passado e impostos à sociedade como naturais. Conhecer a

História da homeopatia no Brasil, portanto, possibilita a compreensão de sua marginalidade no tratamento da saúde do brasileiro de nossos dias. Mesmo sendo uma alternativa no tratamento médico hoje, as investidas de Benoit Jules Mure deram frutos, uma vez que a homeopatia sobrevive no Brasil por mais de século e meio.

BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMORIM, Míria de. **Holismo, Homeopatia, Alquimia: Uma sincronicidade para a cura**. S.L.: Editora Caravansarai, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> disponível em junho de 2008.

FARIA, Fernando Antonio. **Querelas brasileiras: homeopatia e Política Imperial**. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

FERNANDES, Francisco, et. al., **Dicionário Brasileiro Globo**. (39ª ed.). São Paulo: Globo, 1995.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)*. IN: CHALHOUB, Sidney et. al. (orgs.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p.101-122.

GALHARDO, J. Emygdio R.. **História da Homeopatia no Brasil**. Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia. Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928.

GONDRA, José Gonçalves. *No cenáculo da ciência: a Ordem Médica e a Questão da instrução*. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). **Educação no Brasil: História, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

KURY, Lorelai Brilhante. **O Império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)**. Tese de mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia UFF, Niterói: 1990.

LUZ, Madel T. **Arte de curar versus a ciência das doenças: História social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. IN: Sidney CHALHOUB et. al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p.307-330.

PORTO, Ângela. “A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro; o tratamento homeopático”. In: **Papéis Avulsos**, nº 7. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, novembro de 1988. p.13-23.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIGOLO, Renata Palandri. **Em busca da “Sciencia Medica”: tentativas de legitimação da medicina homeopática**. Belo Horizonte: Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de História, 1997.

Documentação:

JORNAL DO COMÉRCIO. Biblioteca Nacional. Setor de microfilmes. Anos 1845 e 1846.